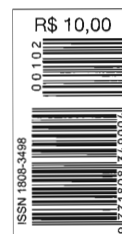


GRAMÁTICA • LITERATURA • ARTE E CULTURA

LINGUA

portuguesa

Ano 9 • Nº 102 • Abril de 2014 • www.revistalingua.com.br



Dicionários de sinais

As iniciativas que respondem ao crescimento da inclusão



O IDIOMA DA ESCOLA

8 regras para melhorar o aprendizado do português

CANTAR EM PORTUGUÊS

Pesquisador dos EUA defende que idioma é o melhor para a música

TÉCNICAS DE LEITURA

A arte de ler que ajuda a escrever melhor

COMO A RELIGIÃO DEFINE A LINGUAGEM BRASILEIRA

Em busca da língua perdida

Mestrado da UFBA analisa formação e distribuição de línguas gerais no Brasil colônia

POR MARCELO MÓDOLO E HENRIQUE BRAGA

Se hoje a diversidade de variedades linguísticas põe em xeque o mito da unidade linguística brasileira – já que os diferentes agrupamentos sociais que nos formam não falam exatamente o mesmo português –, pensar em tal unidade seria impossível analisando os falares do nosso Brasil colônia.

A convivência entre falantes do português e falantes de diferentes línguas indígenas resultou no surgimento de línguas de contato de base indígena, as chamadas línguas gerais, cuja formação é discutida na dissertação de Wagner Argolo: *Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial* (disponível em <http://bit.ly/1bjyEOs>).

Dentro do quadro plurilíngue do Brasil colônia, duas línguas gerais foram razoavelmente descritas: a Língua Geral Paulista – falada na costa brasileira –, surgida em um contexto de grande miscigenação entre brancos portugueses e índias tupinambás (língua essa documentada por Anchieta), e a Língua Geral Amazônica, que resultou no nheengatu, idioma ainda falado no município de São Gabriel da Cachoeira e entre grupos de índios mundurucus, nas margens do Amazonas.

Delimitando os contextos sociolinguísticos em que se deram os processos de formação das línguas gerais na América portuguesa, Argolo distingue os

casos sem interrupção de transmissão linguística entre gerações, daqueles contextos com interrupção de transmissão linguística entre gerações.

É por meio de uma transmissão ininterrupta, a partir do século 16 no Estado do Brasil, que surge a língua geral de São Paulo. Tal transmissão se inicia com o processo de miscigenação que se dá, desde 1532, com a colonização de São Vicente: um grande contingente mameluco recebia das mães o tupinambá, motivo pelo qual se opta por chamar de “sem interrupção” essa transmissão geracional. Posteriormente, os mamelucos adquiriram o português como segunda língua, ocasionando mudanças estruturais no tupinambá materno.

Segundo tipo

Já a formação da língua geral da Amazônia, atual nheengatu, decorre de diferente tipo de transmissão linguística. Argolo desenvolve a hipótese de que a imposição do tupinambá aos milhares de tapuias inseridos nas missões jesuíticas da Amazônia – iniciadas de forma sistemática a partir da chegada de Antônio Vieira à região, em 1653 –, resultou numa transmissão com interrupção: uma vez que o tupinambá imposto passa a ser a única língua socialmente viável nas missões, ela passa a servir de modelo de aquisição para as gerações futuras ali nascidas.



Gravura Aldea des Tapuyos, de Rugendas: falares do Brasil colônia ainda intrigam os pesquisadores

Com base nesses dois modelos de transmissão e em documentos sobre a história do país, pesquisadores como Aryon Rodrigues defendiam não ter sido possível o surgimento de uma língua geral na região costeira que se estende entre o Rio de Janeiro e o Piauí, especialmente por não ter havido o mesmo tipo intenso de miscigenação ocorrida em São Vicente.

Essa tese, porém, ficou enfraquecida em 2006, quando Tânia Lobo, Rosa Virgínia Mattos e Silva e Américo Venâncio Machado Filho se detiveram sobre um documento de 1794 – localizado por Permínio Ferreira no Arquivo Público da Bahia –, no qual há menção explícita a uma língua geral falada em Olivença (BA), na Capitania de Ilhéus.

Apesar do avanço, os dados disponíveis até então documentavam que Olivença tinha um número muito pequeno de habitantes – mais precisamente 80, divididos em portugueses e tupinambás –, o que não

tornava verossímil um processo semelhante ao de São Vicente. Foi apenas com a pesquisa de Argolo que as peças do quebra-cabeça passaram a formar uma imagem mais nítida: o pesquisador encontrou documentos relativos ao sul da Bahia de fins do 18 e início do 19, cujos dados contrariam os recenseamentos apresentados pelos demais estudiosos em 2006.

Questões

Os novos documentos atestam um contingente significativo de brancos e tupinambás em toda a Capitania de Ilhéus, resultando num total de mais de 16 mil indivíduos. Além disso, na dissertação, apresentam-se registros que atestam a existência da língua geral em outras povoações: São Fidélis, Sirinhaém, Barcelos, Barra do Rio de Contas (atual Itacaré), Almada, outra ocorrência em Olivença e, por fim, uma ocorrência inédita na Capitania de Porto Seguro, ou

seja, no Prado, ampliando a nova área de língua geral, de apenas uma localidade, para sete, todas na costa central.

Estudos como o de Wagner Argolo lançam uma importante luz sobre um tema ainda cercado de perguntas e mistérios: como a convivência entre diferentes povos atuou na formação desta língua que orgulhosamente muitos chamam de português brasileiro? A dissertação de Argolo deixa claro que, seja qual for a resposta, dificilmente ela será defensável caso não se recorra a documentos históricos suficientemente precisos. Fica a sugestão aos futuros pesquisadores: olhai nossa história.

MARCELO MÓDOLO É PROFESSOR DOUTOR E PESQUISADOR DE FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA, NA USP.

HENRIQUE BRAGA É DOUTORANDO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA NA USP. ACADEMIA.REVISTALINGUA@GMAIL.COM